Anais de Resumos Expandidos
VIII Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais
ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

A mídia na midiatização plataformizada[1]

Media in the platform midiatization

Adilson Vaz Cabral Filho

Palavras-chave: Mídia; Midiatização; Plataforma.

A midiatização pode ser compreendida como um processo articulador de tecnologias cada vez mais constituídas em contextos digitais plataformizados, no qual dados sintetizam e expressam conteúdos de texto, imagem, vídeo e áudio, além da lógica de programação, que norteia a visibilidade de elementos de interatividade dos usuários com os conteúdos disponibilizados, tais como links ou formulários, bem como servem para organizar a disposição de conteúdos visibilizados por usuárias(os). A datificação, portanto, como processo consolidador desse ambiente comunicacional, torna-se não apenas um processo essencial que conforma as plataformas digitais, como traz uma questão fundamental para os estudos de Midiatização, a saber: do que se trata a mídia nesse contexto de midiatização plataformizada?

Essa questão se faz necessária diante de uma reconfiguração da crítica relacionada aos processos de produção, circulação e, especialmente, de controle dos conteúdos midiáticos. A mídia tradicional se constitui a partir de emissoras que produzem e veiculam conteúdos compreendidos como de um para muitos, constituindo-se em torno de um processo historicamente compreendido como comunicação de massa. As mídias digitais, apesar de constituídas em torno de processos descentralizados e potencialmente disponíveis a usuários em geral, vem se consolidando a partir da concentração econômica de base privada, extremamente hermética e assimétrica, o que vem até mesmo despertando incômodos e tensionamentos para proprietários dos grupos de mídia tradicional.

Anais de Resumos Expandidos
VIII Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais
ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

[1] Trabalho apresentado ao VIII Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais. POSCOM-UFBA. Salvador, Bahia. POSCOM-UFSM. Santa Maria, RS. ECA-USP. São Paulo/ SP.

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

Não se trata aqui de torcer para a briga, compreendendo a existência de um conflito entre grandes e gigantes que atuam no setor da mídia, da Comunicação e do entretenimento. A partir de uma abordagem ensaística, em diálogo com a literatura sobre o tema, especialmente de críticos da concentração da mídia tradicional e da assimetria apresentada pela Internet desde seus primórdios, cabe compreender num mesmo contexto, a gestação de processos de concentração e controle, aprimorados na "transição" da mídia tradicional para a mídia digital. Cada vez mais torna-se evidente que não há apenas um deslocamento de foco no que poderia ser compreendido como transição do analógico para o digital, mas uma intensificação da distância entre produtores e receptores, na medida em que controladores das mídias digitais reconfiguram e intensificam o que pode ser compreendido como uma comunicação pós-massiva de massa.

Fundamentação Teórica

Após uma considerável expectativa diante das potencialidades da Internet, a captura desse ambiente demandou uma crítica mais intensificada por parte de teóricos de comunicação e áreas afins. Assim, uma necessária e bem-vinda crítica, iniciada com reflexões como Culto ao amador, de Andrew Keen (2009) e Net Delusion, de Evgeny Morozov (2011), evidenciava, já na 1ª década do século XXI, que a Internet trazia armadilhas no seu modo de produção para além do alardeado potencial democratizante. Com a consolidação de conglomerados digitais em torno do aprimoramento de plataformas de mídias sociais, as críticas se tornaram cada vez mais evidentes, proporcionando caracterizações como as de Nick Srnicek (2018), Shoushana Zuboff (2020), Nick Couldry (2019), Cathy o'Neill (2016) e Vincent Mosco (2017).

Reflexões críticas importantes em vários aspectos dessa transformação da Internet também vem sendo trabalhadas no Brasil, salientando aspectos como a ausência de privacidade e a intensificação da vigilância (Bruno; Kanashiro e Firmino, 2010),

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

análise das conformações de redes sociais (Recuero, 2009), os sentidos do engajamento (Bastos, 2026), as configurações algorítmicas da Internet e das mídias sociais (Santini, 2020) e as limitações de sua regulação (Silveira, 2025).

Outra linha reflexiva (Crary, 2023) gira em torno de impactos da mídia nas práticas educacionais, alardeando atenção por parte de gestores e demandando uma regulamentação, mesmo que setorial e restritiva, relacionada a aspectos relacionados ao acesso às mídias e dispositivos móveis por parte de estudantes até uma determinada idade, a depender de contextos regulatórios de cada país.

Uma materialização desse movimento se dá pela proibição total ao uso de celulares no ambiente escolar, respaldada por relatório recente publicado pela Unesco (2023). Suficientemente familiarizados com dispositivos móveis, como celulares e tablets, para construir relações em rede para além do ambiente tradicional, os estudantes acabam se inserindo numa relação prejudicial com professores, que deveria ser pautada por confiança e troca.

Mesmo diante de uma nova camada de desenvolvimento das tecnologias digitais, que demanda nova extensão de conhecimentos na dinâmica de ensino, o investimento em debates deveria envolver famílias e comunidade do entorno das escolas, visando reforçar o tecido social dos ambientes escolares nos territórios nos quais atuam, compreendendo o papel que a mídia ocupa na conformação de uma sociedade de controle (Deleuze, 1992), em que a expectativa em torno da escola é se construir como referência de formação cidadã e de despertar vocações.

No campo das Políticas de Comunicação, a necessidade de enfrentamento regulatório, mas também de visibilidade do que é a mídia nesse contexto, retoma a questão original a partir de contribuições importantes ao debate, como as de Helena Martins (2024) e Marcos Dantas et al (2022), bem como na produção de autores

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

relacionados à Rede Giganet[2] e ao Fórum de Governança da Internet (IGF, pelas palavras em inglês)[3].

Como desdobramento de uma reflexão teórica explicitada em produção científica anterior (Cabral Filho, 2021) e a partir desse levantamento bibliográfico panorâmico, trata-se aqui de compreender a reexistência, a ressignificação e a vitalidade da mídia no atual cenário plataformizado de produção, circulação e consumo de conteúdos multimídia interativos, visando apontar perspectivas de construção de identidades e fundamentações regulatórias com base em princípios democráticos e de incremento da cidadania, afirmando a comunicação como direito humano na articulação com outros direitos, como educação, saúde, segurança, trabalho e, no que nos é mais próximo, cultura, entre outras áreas também relevantes.

Proposições no campo regulatório

Assim, faz-se necessária uma crítica sistêmica à necessidade de regulação, que se disponha a enfrentar: (1) o envolvimento da responsabilidade social de controladores, tanto das corporações transnacionais, como de grupos midiáticos; (2) as possibilidades de atuação que reduzam assimetrias entre quem controla plataformas e quem as utiliza; (3) uma cobertura crescente e qualificada do acesso no âmbito dos territórios e (4) a visibilidade da lógica algorítmica que compreenda conscientização dos espaços por parte das(os) usuárias(os).

Três chaves conceituais vem sendo trabalhadas, tanto por parte de gestores de políticas públicas, como de pesquisadores e ativistas dentro desse campo de atuação: a integridade da informação, a soberania digital e a educação midiática. Num contexto de limitações regulatórias no campo da comunicação, especialmente da radiodifusão,

[2] Ver arquivo de papers em https://papers.ssrn.com/sol3/JELJOUR_Results.cfm?form_name=journalbrowse&journal_id=2625772.

[3] Ver publicações do IGF aqui - https://intgovforum.org/en/content/igf-annual-meetings-proceedings.

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

caminhos possíveis de atuação se tornam oportunidades de mobilização e construção de alternativas que demandas de contribuição para a sociedade.

No entanto, cabe compreender também que esta mobilização se dá num contexto político desfavorável, em que pilares do Poder Público são corroídos não apenas por demandas mais conservadoras, do ponto de vista social, e liberais, do ponto de vista político-econômico, mas de significativa corrosão do próprio sentido republicano, em prol de uma lógica compreendida como necropolítica ultraliberal incivilizatória.

A necropolítica tal como exposta por Mbembe (2018), tendo como referência o conceito de biopoder de Michel Foucault, expressa o domínio da vida sobre o qual o poder tomou o controle e se apropria, de forma sistêmica, não apenas da política, mas em áreas distintas e complementares, como economia, cultura, tecnologia, educação e comunicação. A dimensão ultraliberal envolve práticas intensificadas de minimização do alcance do Estado pela radicalização do projeto neoliberal em curso desde os anos 1990, desobrigando de direitos sociais e trabalhistas tanto o Estado, quanto às empresas, além de impulsionar a dominação tecnológica e a exploração ambiental. Já a dimensão incivilizatória foca a restrição da pluralidade e da diversidade de expressões e manifestações culturais, que inviabiliza potencialidades democráticas de atuação coletiva de organizações e movimentos sociais e desloca o centro político ao desmonte do Estado democrático de direito, dando forma ao que autores como Muniz Sodré e Raquel Paiva compreendem por sociedade incivil (Pereira, 2020). Esse combinação de incidência política, econômica e cultural evidencia a transversalidade do papel da mídia no contexto contemporâneo, bem como sua relação com a formulação, a implementação e a legitimação das políticas públicas junto à sociedade em geral.

Possíveis “resultados”: e o que é mídia afinal!?

Compreender a midiatização nesse contexto plataformizado demanda tanto a visibilidade da situação político-econômica em que esta se produz, bem como a

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

compreensão do contexto dataficado em que a mídia se ressignifica. Do ponto de vista corporativo, é interessante observar que grupos econômicos majoritariamente nacionais com alguma incidência transnacional, reivindicam necessidade de regulamentação contra disparidades trazidas por conglomerados transnacionais nativos ou estabelecidos no meio digital multimídia interativo, quando caracterizam a regulamentação de seu setor como censura que atenta contra a suposta liberdade de expressão comercial.

Tal posicionamento é corroborado não apenas pelo meio publicitário, no qual o CONAR se constitui como Código de Autorregulamentação Publicitária, afirmando autonomia da cadeia publicitária - formada por anunciantes, agências e veículos - em relação ao Estado como ente regulador, bem como pela extrema-direita, em torno da qual o presidente que antecedeu Lula em seu terceiro mandato sempre se posicionou diametralmente contrário, tal como em declaração na abertura dos trabalhos do Congresso Nacional, em 2022: “Os senhores nunca me verão vir aqui neste Parlamento pedir para regulação da mídia e da internet” […] “Eu espero que isso não seja regulamentado por qualquer outro poder”, disse o ex-presidente[4].

Assim, ao mesmo tempo em que a digitalização se coloca como processo sintetizador da informação, é importante ressaltar o papel da mídia nesse contexto plataformizado, em que a midiatização segue se fazendo presente justamente pelo fato da mídia seguir existindo, do mesmo modo como a luta pela sua democratização, que implica na minimização de uma assimetria entre produtores e consumidores, ainda mais acirrada em contextos plataformizados. Assim, identificar princípios definidores e fundantes de processos midiáticos, em torno dos quais se produzem e afirmam a midiatização, consistem em pontos de partida necessários para enfrentar um problema dessa dimensão.

[4] Disponível em https://exame.com/brasil/no-congresso-bolsonaro-discursa-contra-regulacao-da-midia/.

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

Referências

BASTOS, Pablo. **A Batalha do Engajamento**: crítica a partir da Hegemonia e da Economia Política da Comunicação. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2026.

BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo (Coords.). **Vigilância e visibilidade**: espaço, tecnologia e identificação. Porto Alegre: Sulina, 2010.

CABRAL FILHO, Adilson Vaz. Comunicação pós-massiva de massa. **Revista Alceu**. v. 21 n. 45. 2021. Disponível em: http://revistaalceu.com.puc-rio.br/index.php/alceu/article/view/75/260.

COULDRY, Nick. **The costs of connection**: how the Internet's infrastructure affects the social fabric. Polity Press, 2019.

CRARY, Jonathan. **Terra arrasada**: Além da era digital, rumo a um mundo pós-capitalista. São Paulo, Ubu Editora, 2023.

DANTAS, Marcos et al. **O valor da informação**: de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet. São Paulo: Boitempo, 2022.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro, Editora 34, 1992.

KEEN, Andrew. **O Culto do Amador**: Como blogs, MySpace, YouTube e a pirataria digital estão destruindo nossa economia, cultura e valores. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2009.

MARTINS, Helena. **Comunicações em tempos de crise**: economia e política. São Paulo, Expressão Popular, 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MOROZOV, Evgeny. **The net delusion**: The dark side of Internet freedom. New York, PublicAffairs, 2012.

MOSCO, Vincent. **Becoming digital**: toward a Post-Internet Society. Bingley, Emerald, 2017.

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

O'NEIL, Cathy. **Weapons of math destruction**: how big data increases inequality and threatens democracy. New York, Crown, 2016.

PEREIRA, Pedro Barreto. Pensando a sociedade incivil, suas manifestações e alternativas: entrevista com Muniz Sodré de Araújo Cabral. **Revista Mídia e Cotidiano**, 2020. 14(3), 303-319. https://doi.org/10.22409/rmc.v14i3.45749.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre, Sulina, 2009.

SANTINI, Rose Marie. **O algoritmo do gosto**: os sistemas de recomendação on-line e seus impactos no mercado cultural; Volume 1. Curitiba, Appris, 2020.

SANTINI, Rose Marie. **O Algoritmo do Gosto**: Tecnologias de Controle, Contágio e Curadoria de SI; Volume 2. Curitiba, Appris, 2020.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **As big techs e a guerra total**: O complexo militar-industrial-dataficado. São Paulo, Editora Hedra, 2025.

SRNICEK, Nick. **Capitalismo de plataformas**. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

UNESCO. **Relatório de Monitoramento Global da Educação**. 2023. Disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386147_por/PDF/386147por.pdf.multi. Acesso em 10/02/2024.

ZUBOFF, Shoshana. **The age of surveillance capitalism**: the fight for a human future at the new frontier of power. New York, PublicAffairs, 2020.